



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MARINGÁ – PR**

DISTRIBUIÇÃO URGENTE

PROCESSO: 0005850-77.2024.8.16.0097

REGINALDO BANDEIRA – TRANSPORTES – “TRANS-BANDEIRA”, empresário individual, inscrito no CNPJ sob nº 23.035.129/0001-30, com sede Avenida Maranhão, 3021, Sala 01, Bairro Centro, Ivaiporã - PR, CEP nº 86.870-000, neste ato representada por **REGINALDO BANDEIRA**, brasileiro, divorciado, empresário, inscrito no CPF sob nº 005.827.579-75, portador da Carteira de Identidade 82425764, expedido pela SESP/PR, nascido em 01/02/1982, filho de Palmino Bandeira e Dirce Moro Bandeira, residente e domiciliado à Avenida Maranhão, nº 3021, Centro, Ivaiporã – PR, CEP nº 86.870-000, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, propor a presente **EMENDA AO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR PARA PREPARAÇÃO DA MEDIAÇÃO**, com fundamento no artigo 20-B, § 1º, da Lei 11.101/05 C/C art. 305 e ss. do Código de Processo Civil, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

**I. SÍNTESE PROCESSUAL DA TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE
NATUREZA CAUTELAR**

1. É evidente que o Requerente já distribuiu pedido de Tutela Provisória de Urgência de Natureza Cautelar perante este Juízo, com o objetivo de que fossem suspensas todas as ações e execuções contra ele, nos termos do art. 300 do CPC, bem como do art. 6º, § 12, da Lei 11.101/05. Naquele mesmo pedido, constou a necessidade de declaração de essencialidade dos bens utilizados para o devido funcionamento das atividades empresariais.





2. Embora este pedido cautelar ainda não tenha sido analisado pelo d. juízo, tendo em vista o declínio de competência, o Requerente entrevê a instauração do procedimento de mediação como o meio eficaz e célere para compor de maneira cooperativa com os credores meios de soerguimento da atividade empresarial e, evitar que hajam decisões constritivas que possam paralisar a atividade empresarial.

II. DA DISTRIBUIÇÃO DO PEDIDO DE MEDIAÇÃO E DA NECESSIDADE DE CONCESSÃO DA TUTELA CAUTELAR EM CARÁTER ANTECEDENTE

3. O instituto da tutela provisória de urgência e das medidas cautelares, mais do que assentes na processualística regente, desde Cândido Rangel Dinamarco, encontra suas bases firmadas no mais puro e concreto entendimento doutrinário e jurisprudencial.

4. Mencionado autor ampara suas convicções e a construção de sua obra no conceito de Efetividade da Tutela Jurisdicional, a qual somente é obtida se a resposta estatal garantir a proteção ao bem jurídico tutelado, o que prementemente pode se dar, ainda que preliminarmente, por meio da tutela de urgência, que também se performa através da cautelar antecipatória.

Tutela jurisdicional é o amparo que, por obra dos juízes, o Estado ministra a quem tem razão num processo. Tutela é ajuda, proteção. É jurisdicional a proteção outorgada mediante o exercício da jurisdição, para que o sujeito beneficiado por ela obtenha, na realidade da vida e das relações com as coisas ou com outras pessoas, uma situação mais favorável do que aquela em que antes se encontrava. Sabido que o escopo magno do processo civil é a pacificação de pessoas e eliminação de conflitos segundo critérios de justiça, consistindo nisso a função estatal a que tradicionalmente se chama jurisdição, segue-se que compete aos órgãos jurisdicionais outorgar essa proteção àquela cuja pretensão seja merecedora dela. O exercício consumado da jurisdição há de ter por resultado a prevalência efetiva de uma pretensão, para que o conflito se elimine e cada um obtenha o que lhe é devido segundo o direito (bens e situações jurídicas). Sem resultados assim o processo civil careceria de legitimidade¹.

5. A técnica processual em questão reflete a necessidade de se garantir a natureza satisfativa do processo de conhecimento, de modo que, a tutela provisória de urgência, concedida com base em cognição sumária, decorre da plausibilidade do direito afirmado e da demonstração de que

¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Tutela Jurisdicional**. Revista dos Tribunais: Revista de Processo. Vol. 81, p. 54-81. Jan/Mar. São Paulo: 1996.





determinado acontecimento possa gerar prejuízos irreversíveis ao tutelado, além de impedir ou comprometer a efetividade da tutela definitiva ao fim do processo.

6. Juridicamente falando, a proteção que se persegue neste peticionamento não apenas possui amparo legal e expresso no artigo 305 e seguintes do Código de Processo Civil, aplicado subsidiariamente ao direito da insolvência, nos termos do art. 189 da LRF, como também, se encontra fundamentado expressamente na própria Legislação Falimentar, conforme se infere do disposto no artigo 20-B, § 1º, da mesma Lei.

7. A presente medida tem por objetivo a obtenção do provimento cautelar em caráter antecedente, a fim de viabilizar as negociações do grupo requerente com seus principais credores, na expectativa de reestruturar o passivo em aberto.

8. O Código de Processo Civil estabeleceu como uma de suas premissas o incentivo à autocomposição na solução de conflitos, ou mais como mais popularmente, a ampliação da utilização dos métodos alternativos de solução de conflitos, como, por exemplo, a mediação e a conciliação.

9. Nos termos da exposição de motivos do projeto que resultou na Lei nº 13.140/2015, a mediação *trata-se, pois, de instrumento capaz de incentivar outras formas de solução das pendências, de reduzir o número de processos judiciais*”.

10. Segue a mesma linha a Recomendação nº 59/2019 do Conselho Nacional de Justiça:

Recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial e falências, de varas especializadas ou não, que promovam, sempre que possível, o uso da mediação.

11. Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 71/2020, com o objetivo de incentivar a criação do Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e, consequentemente, fomentar o uso de métodos adequados de tratamento de conflitos de natureza empresarial.

12. A Lei nº 14.112/20 trouxe consigo relevantes alterações, demonstrando a intenção do legislador em favorecer e aprimorar o ambiente de negociação entre empresas e credores, modernizando o sistema de insolvência e revelando-se uma importante alternativa, apta a promover a solução de conflitos, gerando benefícios mútuos às partes envolvidas.

13. O artigo 20-A da Lei nº 11.101/2005 estabelece que **a mediação deverá ser incentivada em qualquer grau de jurisdição**, enquanto a dicção do artigo 20-B, I, assinala que referida modalidade





também comporta *litígios que envolverem credores não sujeitos à recuperação judicial, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, ou credores extraconcursais.*

14. As novas medidas trazidas têm por escopo incentivar a autocomposição entre as partes e diminuir a litigiosidade dos processos de reestruturação. Através da mediação antecedente, é possível que empresas em dificuldades financeiras façam sua reestruturação sem que seja necessário o ingresso de uma ação de Recuperação Judicial propriamente dita.

15. Em toda relação contratual é possível identificar três categorias de deveres: *(i)* os principais; *(ii)* os acessórios; e *(iii)* os deveres anexos ou laterais decorrentes da Cláusula Geral de Boa-fé, prevista no artigo 422 do Código Civil, considerados como deveres implícitos aos contratos em geral.

16. O dever de renegociar se enquadra na terceira categoria, sendo, desse modo, um dever jurídico que encontra fundamento positivo no artigo 422 do Código Civil, impondo às partes uma obrigação de meio, isto é, de efetivamente renegociar e de fazê-lo com lealdade, não existindo obrigação de alcançar o resultado.

17. É justamente tal medida que se espera com a concessão da presente Tutela de Urgência Cautelar, qual seja, viabilizar as tratativas com seus credores e proteger o patrimônio dos requerentes enquanto tais tratativas evoluem, composição essa que objetiva evitar a propositura do pedido de Recuperação Judicial ou Extrajudicial.

18. Importante ressaltar que a possibilidade de se ajuizar uma Tutela Cautelar Antecedente a um eventual pedido de homologação de Plano Extrajudicial com base no artigo 20-B da LRF e no artigo 305 do Código de Processo Civil, já foi objeto de apreciação pelos tribunais pátrios, como foi o caso, exemplificativamente, da Recuperação Extrajudicial da Allonda Ambiental Participações S/A:

“Trata-se de pedido de tutela de urgência em caráter antecedente proposto por ALLONDA AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A., inscrita no CNPJ sob nº 17.718.542/0001-05; ALLONDA AMBIENTAL S.A., inscrita no CNPJ sob nº 04.060.779/0001-91; ALLONDA ENERGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 43.048.301/0001-06 e ALLONDA AMBIENTAL ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 33.189.131/0001-18, com fundamento no artigo 20-B, §1º da Lei nº 11.101/2005 e artigo 305 do Código de Processo Civil. (...). A medida requerida se mostra essencial à preservação do patrimônio das autoras e visa obstar procedimentos que deem azo ao início de excussões que poderão esgotar os seus ativos, tão somente para saldar parte de sua dívida, em benefício de um pequeno grupo de credores. De se mensurar, ainda, que o vencimento antecipado de tais obrigações colocará em risco a capacidade do Grupo Allonda, de forma que prejudicará a manutenção do importante padrão de gestão de fluxo de caixa





das empresas a permitir o acesso e o alcance de sua reestruturação global e organizada, em prol da coletividade de colaboradores e credores. Instauraram as requerentes procedimento de mediação pré-processual com os seus principais credores junto ao CEJUSC deste Egrégio Tribunal de Justiça Bandeirante, nos moldes previstos na lei, de modo que se encontram preenchidos os requisitos necessários à concessão da tutela ora requerida. Pois bem. De início, assevero que dentre as inovações implementadas pela Lei nº 14.112/2020, efetivamente, uma das mais pertinentes trazidas se encontra prevista nos artigos 20-A, 20-B, 20-C e 20-D, criando verdadeiro regime preliminar de tentativa de reestruturação da empresa, permitindo o enfrentamento das dificuldades financeiras em uma fase precoce, garantindo um ambiente de negociação com os credores antes de eventual ajuizamento de recuperação judicial ou extrajudicial, evidenciando a importância dos instrumentos alternativos de composição dos litígios tal como já disposto na Recomendação 59/2019 do Conselho Nacional de Justiça, in verbis: Recomenda aos magistrados responsáveis pelo processamento e julgamento dos processos de recuperação empresarial e falências, de varas especializadas ou não, que promovam, sempre que possível, o uso da mediação. Nessa toada, não se pode olvidar que as requerentes já iniciaram o procedimento de mediação pré-processual, permitindo, assim, a concessão da medida excepcional requerida prefacialmente (fls. 121). (...) Por fim, o princípio da preservação da empresa previsto no artigo 47 da Lei Recuperacional, tem como finalidade a manutenção da atividade empresarial já estabelecida com o objetivo de permitir à empresa, mesmo quando em dificuldades financeiras, cumprir os desígnios constitucionais. Portanto, tendo em vista a delicada situação financeira narrada pelas autoras em sua exordial e evidenciada pela documentação amealhada prefacialmente, necessária se faz a concessão da tutela de urgência cautelar prevista no art. 20-B, §1º da Lei nº11.101/05, razão pela qual DEFIRO o pedido de tutela antecipada nos termos em que formulado, para determinar a suspensão pelo prazo de 60 (sessenta dias), de todas execuções e atos de constrição contra as companhias requerentes que envolvam créditos sujeitos ao iminente procedimento de recuperação judicial ou extrajudicial; obstar a exigibilidade de determinados créditos detidos contra as requerentes, incluindo-se as obrigações contidas na Escritura de Emissão de Debêntures da Allonda Participações (...); a possibilidade de se efetuarem declarações formais de vencimento antecipado das demais obrigações previstas na Escritura de Emissão de Debêntures da Allonda Participações. (...)”²

² TJSP. Recuperação Extrajudicial nº. 1000220-74.2023.8.26.0260. 1ª Vara Regional de Competência Empresarial e de Conflitos Relacionados à Arbitragem da 1ª, 7ª e 9ª RAJ do Estado de São Paulo





19. Considerando-se ainda, que, em observância ao princípio da especialidade, o procedimento da medida cautelar ora proposta e prevista na LRF se sobrepõe, no que não lhe for incompatível, ao procedimento das Tutelas previsto no Código de Processo Civil, não se aplica a este caso o prazo para a propositura da ação principal constante do artigo 308 do CPC.

20. Diante da especialidade da LRF, concedidas a Tutela de Urgência Cautelar aqui pleiteada, deverá ser aguardado o decurso do prazo de 60 (sessenta) dias para o encerramento do procedimento de mediação, de forma que, após tal período e caso necessário, a Requerente ajuíze o respectivo pedido principal, seja para homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial, seja propondo o pedido de Recuperação Judicial.

III. BREVE HISTÓRICO DO REQUERENTE “TRANS-BANDEIRA”, E DAS RAZÕES DA CRISE

21. Por certo, desde o primeiro ato processual, ou seja, a distribuição da **TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA DE NATUREZA CAUTELAR PRÉVIA À DISTRIBUIÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL**, ocorrida em 19/12/2024, o Requerente já expos os motivos os quais o levaram a crise econômico-financeira. Entretanto, com o intuito de facilitar o entendimento do *d. Juízo*, novamente será apresentado o breve histórico do Requerente.

22. O Requerente **REGINALDO BANDEIRA – TRANSPORTES – “TRANS-BANDEIRA”** é prestador de serviço de transporte de gado, desde o ano de 2013.

23. Embora a formalização da atividade econômica somente tenha acontecido no ano de 2013, o Requerente, nascido em 1º de fevereiro de 1982, na cidade de Manoel Ribas, no Estado do Paraná, iniciou sua trajetória profissional ainda na infância – aos 7 anos – ao lado de seu pai, Palmino Bandeira, desempenhando atividades rurais no sítio em que viveu até completar seus 19 anos.

24. Dentre as funções que seu pai lhe ensinava, destacam-se a ordenha de leite e outros serviços relacionados à manutenção da propriedade. Aos 19 anos, iniciou sua primeira experiência profissional fora do ambiente rural, trabalhando como motorista de caminhão. Nesse tempo, prestou serviço para Sr. Edoel Marcondes, para quem trabalhou até os 24 anos.

25. No ano de 2010, o Requerente adquiriu seu primeiro caminhão, modelo boiadeiro, marcando início de sua dedicação profissional no ramo de transporte de gado. Essa conquista foi viabilizada por uma parceira estratégica com um amigo da cidade, que investiu parte do capital necessário para a compra do veículo, enquanto o Requerente – Sr. Reginaldo, assumiu integralmente a gestão operacional e administrativa do negócio, além de contribuir com sua *expertise* e dedicação.





26. O desenvolvimento da atividade econômica da Requerente manteve-se em constante evolução até o ano de 2016. Neste ano, a crise econômica que impactou severamente o setor de frigorífico trouxe reflexos significativos para o ramo de transporte de gado, o que culminou na paralização das atividades exercidas pelo Requerente. A redução apresentada na demanda de prestação de serviços de frete foi por consequência direta da retração no setor frigorífico, que diminuiu substancialmente a necessidade de movimentação de gado.

27. Cabe demonstrar que antes do agravamento da crise, o caminhão boiadeiro realizava – em média – 20 fretes mensais, com remuneração unitária de R\$ 2.000,00 (dois mil reais). Após essa fase, a quantidade de fretes foi reduzida para 4 a 5 mensais e o valor unitário da prestação de serviço passou para R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Mediante essas condições financeiras, a receita bruta da atividade econômica tronou-se inviável de continuar as operações.

28. Com a interrupção do serviço de frete, o Sr. Reginaldo vendeu o caminhão e permaneceu sem este bem por dois anos. Durante esse período, dedicou-se ao comércio de veículos e à intermediação de propriedade, atividades que garantiam a subsistência do Requerente. Além disso, com o recurso advindo da venda do caminhão, manteve suas economias pessoais e assegurou o sustento de sua família durante certo período.

29. No ano de 2018, com a aquisição de um caminhão graneleiro retornou suas atividades de frete, destinado ao transporte de grãos, como soja, milho e adubo. Esse investimento marcou uma mudança estratégica profissional para dar direcionamento nas operações ao setor agrícola. Com a nova aquisição do caminhão, o Sr. Reginaldo conseguiu reestabelecer sua atividade econômica organizada e manteve como foco o transporte de produtos agrícolas.

30. A mudança de estratégia profissional renovou a diversificação operacional, ampliou a área de atuação e consolidou – no mercado – a posição de excelente no transporte de cargas. No ano de 2019, o Requerente expandiu a frota de caminhões, adquirindo um novo modelo para atender a crescente demanda de fretes. Essa decisão foi embasada no aumento expressivo do volume de operações e na necessidade de garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, mantendo a pontualidade nas entregas.

31. Nos anos subsequentes, a expansão da frota continuou de forma gradual e planejada. Em 2020, o Requerente adquiriu um novo caminhão para mais uma vez diversificar a frota e aumentar a capacidade de transporte de cargas. Em 2021, reforçando seu compromisso com a modernização e a eficiência operacional, foi realizada uma nova aquisição, incorporando mais um caminhão à frota.

32. Por meio dessa expansão progressiva, a empresa não apenas atendeu às necessidades imediatas do mercado, como também se posicionou de maneira mais competitiva no setor de



transporte. A incorporação de veículos mais modernos e alinhados às exigências do mercado, assentou uma frota capaz de oferecer maior eficiência logística, menor custo operacional e melhor desempenho nas atividades de transporte, garantindo a sustentabilidade e o crescimento contínuo do negócio.

33. Além do aumento da frota de caminhões, a Requerente também precisou reforçar o número de funcionários, o que consequentemente, culminou no acréscimo das despesas operacionais. No ano de 2022, a Requerente se viu diante de um cenário de desafio financeiro, após o acontecimento de um acidente envolvendo um de seus veículos – Scania R440, ano 2013, placa AWA4377, adquirido no ano de 2018.

34. O sinistro ocasionou danos substanciais ao veículo, gerando a necessidade de reparos complexos e onerosos. Estes custos elevados causaram impactos financeiros no fluxo de caixa do Requerente, como também na paralisação parcial das atividades logísticas e na possibilidade de atender à demanda do mercado.



35. A queda brusca de receita, devido os acidentes com alguns caminhões da frota, impossibilitaram o Requerente de honrar com o pagamento do seguro e de outras obrigações importantes para a atividade econômica. Mesmo diante de todos os esforços empreendidos para adimplir com os pagamentos em dia, os recursos tornavam-se escassos, diante da falta de aqueles caminhões faziam.





FATORES EXTERNOS CONTRIBUÍRAM PARA O AGRAVAMENTO DA CRISE

36. Além dos acidentes, o aumento expressivo nos preços dos insumos impactou diretamente os custos operacionais, resultando em uma crescente defasagem nos valores dos fretes. A redução na demanda por carga foi causada pela quebra de safra e pela estocagem de grãos, uma vez que os empresários rurais buscaram aguardar melhores preços no mercado, o que levou a uma queda acentuada nas tarifas de frete.

37. A diminuição na produção de grãos também reduziu a necessidade de transporte, refletindo em uma menor demanda pelos serviços prestados. Muitas transportadoras, que anteriormente eram amplamente requisitadas para escoar grandes volumes de produção, viram suas operações reduzirem drasticamente, o que agravou os desafios financeiros e logísticos já existentes.

38. Infelizmente, o cenário não fora alterado para o ano de 2024, apesar da esperança e expectativa das transportadoras:



FRANGE
ADVOGADOS

Imea/MT: custo de produção da safra de soja 2024/25 cai 1,23% em abril ante março

Custo de produção da soja ficou em R\$ 5.558,59 por hectare e margem do produtor segue apertada

1 minuto de leitura • 21/05/2024 - 11:55

Por: Broadcast Agro

[https://agro.estadao.com.br/economia/imea-mt-custo-de-producao-da-safra-de-soja-2024-25-cai-123-em-abril-ante-marco#:~:text=Saiba%20como%20participar!-Imea%2FMT%3A%20custo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20da%20safra%20de%20soja%202024,23%25%20em%20abril%20ante%20mar%C3%A7o&text=S%C3%A3o%20Paulo%2C%2021%20E2%80%93%20O%20custo,Imea\)%2C%20em%20boletim%20semanal.](https://agro.estadao.com.br/economia/imea-mt-custo-de-producao-da-safra-de-soja-2024-25-cai-123-em-abril-ante-marco#:~:text=Saiba%20como%20participar!-Imea%2FMT%3A%20custo%20de%20produ%C3%A7%C3%A3o%20da%20safra%20de%20soja%202024,23%25%20em%20abril%20ante%20mar%C3%A7o&text=S%C3%A3o%20Paulo%2C%2021%20E2%80%93%20O%20custo,Imea)%2C%20em%20boletim%20semanal.)

39. Diante da baixa demanda por mercadorias, da redução nas tarifas de frete e do elevado número de veículos disponíveis para carregamento, o panorama para o setor de transporte tornou-se extremamente crítico.

40. No primeiro trimestre de 2024, a situação enfrentada pela empresa revelou-se uma das mais severas desde sua fundação. Comparando com prejuízos anteriores, o impacto foi extremamente negativo.

41. Além disso, a diminuição nas exportações e a indefinição quanto à próxima safra agravaram ainda mais a situação, resultando em um período extremamente desafiador para as empresas do setor. De acordo com uma pesquisa realizada pelo Instituto Paulista do Transporte de Cargas (IPTC) publicada no site “Universo do Seguro”, 72% dos transportadores encontraram dificuldades para comprar insumos em 2023 e 78% das empresas relataram aumentos dos custos em 2023³.

42. Além disso, o site “ABTI” – Associação Brasileira de Transportadores Internacionais mostrou que o índice de custos com transportes aumentou 29,3% no primeiro quadrimestre de 2023, afetando diretamente a formação do custo do frete, conforme informação da IPTC:

³ Notícia disponível em: <https://universodoseguro.com.br/estudo-revela-que-72-dos-transportadores-encontraram-dificuldades-para-comprar-insumos-em-2023/>





Figura 1 - Fonte: <http://www.abti.com.br/informacao/noticias/2997-indice-de-custos-com-transporte-aumentam-29-3-no-primeiro-quadrimestre-de-2023>



Figura 2 - Fonte: <https://transportemoderno.com.br/2024/03/21/transportadores-relatam-aumento-nos-custos-e-dificuldades-para-encontrar-insumos/>

43. Não bastasse isso, os preços do diesel voltaram a crescer na primeira quinzena de julho, segundo dados do Índice de Preços Edenred Ticket Log (IPTL). O diesel comum excedeu a média de R\$ 6,00 por litro, com um aumento de 0,67% em comparação com junho, enquanto o diesel tipo S-10 subiu 1,15%, alcançando R\$ 6,15 por litro:

RODOVIÁRIO DE CARGA

Alta no preço do diesel pressiona transportadoras na primeira quinzena de julho

Figura 4 - Notícia disponível em: <https://transportemoderno.com.br/2024/07/17/alta-no-preco-do-diesel-pressiona-transportadoras-na-primeira-quinzena-de-julho/>

44. Referida situação não promete nenhuma melhora, visto que estudos recentes apontam para um aumento mínimo de 4% do preço ao final de 2024, repetindo o padrão histórico do aumento dos preços dos combustíveis:



45. O gráfico supra colacionado demonstra nitidamente o exponencial crescimento do preço da gasolina comum. No ano de 2020 a média de revenda perfazia a quantia de R\$ 3,99 (três reais e noventa e nove centavos), enquanto que ao final de 2021 já se alcançava o valor de R\$ 6,75 (seis reais e setenta e cinco centavos), quase 70% (setenta por cento) à mais no período de um ano.

46. Em meados de 2022, a gasolina comum alcançou o valor histórico de R\$ 7,39 (sete reais e trinta e nove centavos) por litro, somado ainda à agravante da doença que acometia o mundo no referido ano, quase seja a COVID-19:



47. No mesmo período o preço do Óleo Diesel também experimentou altas históricas, segundo os dados da ANP:



48. Em meados de 2022, na mesma data, 19/06/2022, o óleo diesel batia a casa dos R\$ 7,57 (sete reais e cinquenta e sete reais), valor este 148% (cento e quarenta e oito por cento) à mais do que o período de julho de 2020:



49. Apesar do cenário econômico debilitado, o Requerente enfatiza seu compromisso em superar as dificuldades, preservar empregos, gerar renda e contribuir para o desenvolvimento econômico do

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-JUEF TF-JHZ W73P4 E9MZK



país, acreditando firmemente no potencial de crescimento e expansão de seus negócios, desejando honrar com seus compromissos tributários municipais, estaduais e federais, além de suas obrigações fiscais.

50. **Portanto, é imperioso que este juízo compreenda que o soerguimento da empresa é de suma importância para o trato socioeconômico. Ademais, em que pese o Requerente já tenha distribuído pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar prévia à distribuição da recuperação judicial, sob nº 0005850-77.2024.8.16.0097, a escolha de recorrer ao benefício legal da mediação tem por objetivo negociar de forma equitativa com todos os credores, dentro das possibilidades financeiras da empresa, a fim de preservar suas atividades e os postos de trabalho.**

51. Diante dos desafios financeiros e operacionais enfrentados, o Requerente reconhece na mediação prevista nos artigos 20-A e 20-B da Lei nº 11.101/2005, uma oportunidade para reorganizar sua estrutura financeira, renegociar dívidas com seus credores de forma equitativa e viabilizar um plano de pagamento que se ajuste à realidade do prestador de serviço de transporte de carga.

IV. DA POSSIBILIDADE DE MEDIAÇÃO: ARTIGOS 20-A e 20-B DA LEI 11.101/2005

52. O Código de Processo Civil estabeleceu como uma de suas premissas o incentivo à autocomposição na solução de conflitos, como a mediação e a conciliação. Nos termos da exposição de motivos do projeto que resultou na Lei nº 13.140/2015, a mediação *“trata-se, pois, de instrumento capaz de incentivar outras formas de solução das pendências, de reduzir o número de processos judiciais”*.

53. Em 2020, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) editou a Resolução nº 71/2020, com o objetivo de incentivar a criação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) e, conseqüentemente, fomentar o uso de métodos adequados de tratamento de conflitos de natureza empresarial.

54. Nesse diapasão, a Lei nº 14.112/2020 trouxe relevantes alterações, demonstrando a intenção do legislador em favorecer e aprimorar o ambiente de negociação entre empresas e credores, revelando-se importante alternativa para viabilizar soluções de conflitos que gerem benefícios mútuos às partes envolvidas.

55. O artigo 20-A da Lei nº 11.101/2005 estabelece que **a mediação deverá ser incentivada em qualquer grau de jurisdição** e, nos termos do artigo 20-B, I, da *r. lex*, assinala que referida





modalidade também comporta *litígios que envolverem credores não sujeitos à recuperação judicial, nos termos dos §§ 3º e 4º do art. 49 desta Lei, ou credores extraconcursais.*

56. As novas medidas trazidas pela Lei nos artigos 20-A até 20-D têm como objetivo incentivar a autocomposição entre as partes e diminuir a litigiosidade dos processos de reestruturação. Através da mediação antecedente, é possível que empresas em dificuldades financeiras façam sua reestruturação sem que seja necessário o ingresso de uma ação de Recuperação Judicial.

57. Em toda relação contratual é possível identificarmos três categorias de deveres: (i) os principais, (ii) os acessórios e (iii) os deveres anexos ou laterais decorrentes da Cláusula Geral de Boa-fé, prevista no artigo 422, do Código Civil, considerados como deveres implícitos aos contratos em geral.

58. O dever de renegociar se enquadra na terceira categoria, sendo, assim, um dever jurídico que encontra fundamento positivo no artigo 422, do Código Civil, impondo às partes uma obrigação de meio, isto é, de efetivamente renegociar e de fazê-lo com lealdade, não existindo obrigação de alcançar o resultado.

59. Assim, entende que a autocomposição é a maneira mais célere e eficaz para equacionar seu passivo.

V. A COMPETÊNCIA DO FORO DA COMARCA DE MARINGÁ – PR

60. Extrai-se do artigo 3º da Lei nº 11.101/2005, que a competência para homologar o Plano de Recuperação Extrajudicial, deferir a Recuperação Judicial ou decretar a falência é do Juízo do principal estabelecimento do devedor.

61. A doutrina entende que o principal estabelecimento é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o principal estabelecimento sob o ponto de vista econômico, ou o local em que o requerente desenvolve suas atividades negociais.

62. Nesta ótica, Fábio Ulhoa pondera⁴:

Competência. A competência para os processos de falência, de recuperação judicial e homologação de recuperação extrajudicial, bem como para seus incidentes, é do juízo do principal estabelecimento do devedor ([LF](#), art. [3.º](#)).

⁴ COELHO, Fábio Ulhoa. Manual de direito comercial (livro eletrônico): direito de empresa. 1ª. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.





Por principal estabelecimento se entende não a sede estatutária ou contratual, a que vem mencionada no ato constitutivo, nem o maior estabelecimento, física ou administrativamente falando. Principal estabelecimento é aquele em que se encontra concentrado o maior volume de negócios da empresa; é o principal estabelecimento sob o ponto de vista econômico. O juiz do local onde se encontra tal estabelecimento é o competente para o processo falimentar.”.

63. Com base nisso, embora o domicílio do requerente ser na cidade de Ivaiporã – PR, conforme vigência da Resolução nº 426 de 2024, publicada pelo Órgão Especial do Tribunal e Justiça do Estado do Paraná, criou-se as Varas Empresariais Regionais com competência para processar e julgar as ações relacionadas ao Direito Empresarial, às recuperações judiciais e falências, como também as decorrentes da Lei de Arbitragem.

64. Ademais, a publicação desta Resolução alterou a antiga norma publicada – Resolução nº 93, de 12 de agosto de 2013, para dispor que as eventuais ações relacionadas a estas matérias ajuizadas perante o Juízo da Comarca de Ivaiporã, serão de competência para processamento e julgamento da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca Regional de Maringá.

VI. ADEQUAÇÃO DA MEDIDA PREVISTA AO ARTIGO 20-B, § 1º, DA LEI 11.101/2005 À SITUAÇÃO DO PRODUTOR RURAL JOÃO PAULO MARQUEZAM

65. A possibilidade de utilizar a mediação de forma antecedente a um eventual processo de Recuperação Judicial foi introduzida na LRF por meio da Lei 14.112/2020, que entrou em vigor em janeiro de 2021, fomentando os métodos alternativos de solução de conflitos.

66. Antes mesmo da reforma da Lei de Recuperação Judicial e Falência, a Recomendação nº 58 de 22/10/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), posteriormente adequada à nova legislação pela Recomendação nº 112 de 20/10/2021, já dispunha sobre a possibilidade de realizar sessões de mediação e conciliação no âmbito da Recuperação Judicial.

67. Apesar de ser um método recentemente incorporado à legislação de insolvência empresarial, a mediação vem sendo crescentemente utilizada para solucionar litígios no âmbito empresarial e recuperacional nos últimos anos.

68. Isso está em consonância com a nova ótica introduzida pelo Código de Processo Civil no ordenamento jurídico brasileiro desde sua promulgação, que estimula o Poder Judiciário a promover,





sempre que possível, a solução consensual dos conflitos entre as partes, conforme os §§ 2º e 3º do artigo 3º do diploma processual⁵.

69. A importância dos métodos de composição para viabilizar uma reestruturação mais célere e eficiente da empresa tem sido destacada entre Juízes e profissionais atuantes na área, sendo vista como extremamente benéfica para as partes e para o sistema judiciário como um todo.

“Ambos os métodos autocompositivos (conciliação e mediação) são relevantes para auxiliar o devedor e seus credores a obterem melhor solução para superar a crise econômica que acomete a atividade empresarial. Ao permitirem melhor conhecimento a respeito das necessidades dos credores e da situação econômico-financeira do devedor, a mediação e a conciliação permitirão a estruturação de plano de recuperação judicial mais adequado a essas pretensões, e uma deliberação mais qualificada pelos credores para que se obtenha a maior satisfação dos créditos possível.”⁶

70. Com a vigência dos novos dispositivos trazidos pela Lei 14.112/2020, o artigo 20-B, § 1º da LRF prevê que a concessão da tutela se dará “para tentativa de composição com seus credores, em procedimento de mediação ou conciliação já instaurado perante o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) do tribunal competente ou da câmara especializada”, de modo que a concessão da tutela de urgência está condicionada à instauração prévia deste procedimento pela empresa devedora.

71. A instauração de Mediação Antecedente, com a aplicação dos efeitos do *stay period*, tem o objetivo de possibilitar que a empresa em crise construa uma solução consensual com seus credores, evitando o ajuizamento de uma Recuperação Judicial ou Extrajudicial, ou, se isso não for possível, permitindo uma Recuperação mais estruturada.

72. Em março de 2023, foram aprovados os enunciados do Fórum Nacional de Recuperação Empresarial e Falências (FONAREF), vinculado ao CNJ, que versam sobre a Mediação Antecedente.

73. Seguindo as diretrizes do Enunciado 10 do FONAREF, bem como com amparo na doutrina consolidada sobre o tema, a presente Tutela de Urgência Cautelar é distribuída com a demonstração de que o requerente atende aos requisitos previstos no artigo 48 da Lei 11.101/2005 e demais documentos pertinentes, conforme a documentação anexada, comprovando que (i) exerce atividade

⁵ Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

⁶ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. In Comentários à Lei de Recuperação de Empresas / Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, coordenador. – São Paulo: Thomson Reuters. Brasil, 2021. p. 156.





rural desde 2009, portanto há mais de dois anos; (ii) nunca foi falido; (iii) nunca obteve concessão de Recuperação Judicial em qualquer modalidade; e (iv) nunca foi condenado por quaisquer crimes previstos na LRF, frisando-se que, neste momento, não se trata de procedimento de recuperação judicial, dispensando-se a apresentação dos documentos previstos no artigo 51 da Lei 11.101/2005.

74. O Requerente “TRANS-BANDEIRA” comprova que, para permitir a negociação, o processo de Mediação perante o CEJUSC/PR (nº 0001310-95.2025.8.16.0017) já foi efetivamente instaurado, inicialmente com todos os credores indicados, em consonância com o Enunciado 19 da II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho Federal de Justiça⁷.

75. A iniciativa de utilizar a mediação antecedente surgiu do entendimento de que a melhor forma de superar a crise empresarial é negociando com os credores para obter um resultado satisfatório para todas as partes com baixa litigiosidade, diminuindo o tempo de reestruturação e preservando o valor da empresa. Essa é, inclusive, a posição da doutrina especializada sobre o tema:

“A prática mostra, portanto, que a mediação e os métodos de autocomposição de controvérsias são totalmente compatíveis com os processos de recuperação judicial e falências, cabendo ao Poder Judiciário explorar cada vez mais essa ferramenta, que poderá contribuir substancialmente para o soerguimento de empresas em dificuldade. (...) Ninguém duvida que o processo de reestruturação de uma empresa enseje um esforço múltiplo de todos os personagens envolvidos no sentido de almejar o seu soerguimento. É fundamento que a devedora, seus acionistas ou sócios e os credores, dentre eles os fornecedores e as instituições financeiras, deem sua contribuição, sua cota de esforço pelo bem comum. (...) Para atingir esse objetivo, é necessário que a negociação entre credores e devedores ocorra de forma transparente e com boa-fé. Por essa razão, dominar técnicas de negociação e buscar métodos alternativos de solução de controvérsias, como a mediação, podem ser extremamente úteis para superar a crise” (SOUZA NETTO, Antonio Evangelista de. A recuperação empresarial e os métodos adequados de solução de conflitos. / Antonio Evangelista de Souza Netto e Samantha Mendes Longo. – Porto Alegre: Paixão, 2020. p. 158).

76. Tendo em vista que o requerente instruiu o presente pedido com a documentação pertinente referente ao artigo 48, e com a comprovação de que seus credores já foram chamados a participar do procedimento de Mediação, não há dúvidas de que estão atendidos os requisitos do artigo 20-B, § 1º da LRF para a concessão imediata e *inaudita altera parte* dos pedidos liminares adiante deduzidos.

⁷ II Jornada de Prevenção e Solução Extrajudicial de Litígios do Conselho Federal de Justiça. “ENUNCIADO 194 – No que se refere à comprovação da instauração do procedimento de mediação prevista na Lei nº 11.101/2005, basta a apresentação do convite para a primeira reunião de mediação ou pré-mediação nos moldes previstos na Lei n. 13.140/2015”. Disponível em: <https://cbar.org.br/site/wp-content/uploads/2021/11/enunciados-ii-jornada.pdf>





VII. DAS MEDIDAS URGENTES

a) DA SUSPENSÃO DAS EXECUÇÕES E ATOS EXPROPRIATÓRIOS EM FACE DO REQUERENTE

77. Como mencionado anteriormente, o artigo 20-B, §1º da Lei de Falências e Recuperação de Empresas, permite que empresas em dificuldade solicitem Tutela de Urgência Cautelar para suspender execuções e atos expropriatórios contra elas por até 60 (sessenta) dias.

78. Este prazo visa proporcionar um ambiente mais favorável de composição com seus credores, em um procedimento de mediação ou conciliação já instaurado perante o CEJUSC do tribunal competente ou uma câmara especializada.

79. Esta medida deve observar, no que for aplicável, os artigos 16 e 17 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (artigo 20-B, §1º, LRF). No caso em comento, o pedido de mediação já foi protocolado perante o **CEJUSC de Paraná (proc. nº0001310-95.2025.8.16.0017)**, no intuito de convidar os Credores abaixo listados, com crédito em aberto perante o Requerente **“TRANS-BANDEIRA”**, referente aos contratos abaixo indicados, para participação do procedimento.

CREDORES	CONTRATO	VALOR
BANCO BRADESCO S.A.	016579180	R\$ 139.482,32
BANCO BRADESCO S.A.	006164272	R\$ 204.738,30
BANCO BRADESCO S.A.	006164292	R\$ 64.270,28
BANCO BRADESCO S.A.	006164307	R\$ 87.435,17
BANCO BRADESCO S.A.	006164314	R\$ 91.772,45
BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A	159033479501	R\$ 42.437,52
BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A	959036710101	R\$ 942.740,10
BANCO MERCEDES-BENZ DO BRASIL S/A	959036771201	R\$ 426.144,05
BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.	2912204617	R\$ 334.695,21
BANCO SAFRA S.A	0112500010020385	R\$ 490.342,99
BANCO SAFRA S.A	0112500010020370	R\$ 31.724,13
BANCO SAFRA S.A	0112500010020367	R\$ 84.160,53
BANCO SAFRA S.A	0112500010020366	R\$ 84.160,53
ITAU UNIBANCO S.A.	0904241052536384867463	R\$ 540.701,00

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJEF TFJHZ W73P4 E9MZK



80. Conforme estabelecido pela doutrina, a suspensão se faz necessária para permitir que as negociações ocorram sem que haja constrição sobre os ativos do devedor, evitando, assim, qualquer impedimento à solução negociada. Vejamos:

A justificativa para a concessão da medida cautelar é permitir que haja uma antecipação dos efeitos da recuperação judicial, de forma a se permitir a negociação entre devedor e credores sem que houvesse a constrição sobre ativos que pudessem comprometer eventual plano future de recuperação judicial.⁸

81. Para que não se impute natureza genérica ao pleito, segue anexada a presente o **Anexo I**, **listando os bens utilizados nas atividades empresarias do Requerente “TRANS-BANDEIRA”, sem os quais ficará incapacitada de atender a sua demanda**, o que fatalmente causará a perda de faturamento, extinção de empregos e queda brusca na atividade que se busca preservar.

82. Ademais, durante a mediação é essencial que as partes atuem de boa-fé, permitindo que os credores compreendam a situação enfrentada pelo devedor e contribuam para a construção de uma solução viável ao endividamento.

83. O objetivo é evitar o pedido de Recuperação Judicial ou Extrajudicial, ou, ao menos, garantir que o acesso a tais instrumentos seja feito de maneira mais eficiente e com o consenso dos credores, incentivando as partes a encontrarem um denominador comum.

84. A possibilidade de negociação com os credores, sob a proteção do Poder Judiciário, assegura a preservação da empresa durante o curso das negociações. Este princípio, previsto no artigo 47 da Lei 11.101/2005⁹, é fundamental na legislação de insolvência, pois visa permitir o soerguimento da empresa viável, mantendo a fonte geradora de empregos, contratos de fornecimento, e o pagamento dos credores, promovendo a continuidade da atividade econômica e, conseqüentemente, a maior recuperação de crédito para os credores.

85. Atualmente, a suspensão em favor do Requerente é imperativa, uma vez que já houve inadimplemento de contratos financeiros, colocando em risco a efetividade e o resultado das negociações e reestruturação das dívidas a serem renegociadas.

86. Portanto, nos termos da lei, é necessária a suspensão, pelo prazo de 60 dias, das execuções e de atos expropriatórios que possam ser adotados pelos credores mencionados na Relação de Credores

⁸ SACRAMONE, Marcelo Barbosa. In Comentários à Lei de Recuperação de Empresas / Paulo Fernando Campos Salles de Toledo, coordenador. – São Paulo: Thomson Reuters. Brasil, 2021. p. 162.

⁹ Art. 47. A recuperação judicial tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.





apresentada em anexo, os quais serão envolvidos no processo de Mediação já encaminhado ao CEJUSC, mantendo-se na posse do Requerente os bens listados no “Anexo I” ao final da inicial.

b) DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA

87. É evidente o cabimento da presente medida Cautelar, que visa assegurar a suspensão das execuções e das constrições sobre o patrimônio e bens essenciais à manutenção das atividades da do requerente, viabilizando assim o resultado útil da Mediação. Esta medida estabiliza o contexto das negociações entre a empresa e seus credores.

88. Diante da crise financeira enfrentada pelo devedor e do claro preenchimento dos requisitos exigidos pelo artigo 300 do CPC, os quais serão amplamente delineados e demonstrados adiante, é imperativo determinar a suspensão das ações e execuções contra o requerente pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme previsto no artigo 20-B, §1º da Lei 11.101/2005.

89. Esse prazo é necessário para a realização das sessões de mediação conduzidas pela CEJUSC de Paraná, impedindo, ainda, a rescisão contratual e/ou a declaração de vencimento antecipado de obrigações com base exclusivamente no ajuizamento da presente medida e/ou de eventual processo de recuperação judicial ou extrajudicial a vir ser iniciado pela empresa.

b.1) DA PROBABILIDADE DO DIREITO. FUMUS BONI IURIS

90. A tutela de urgência será concedida quando houver “*elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo*”, conforme aplicação do artigo 300 do Código de Processo Civil, bem como do artigo 6º, §12 da LRF.

91. Nos termos do artigo 301 do Código de Processo Civil, “*a tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito*”.

92. No presente caso, conforme se verifica do próprio relato dos fatos e da documentação que segue anexada à inicial, a presença dos requisitos autorizadores da Tutela Provisória de Urgência ora requerida é indiscutível.

93. Ainda, nos termos do artigo 20-B, § 1º, da LRF, terá direito ao benefício da suspensão ora pleiteada as “*empresas em dificuldade que preencham os requisitos legais para requerer recuperação judicial*”.





94. Desta forma, tendo o requerente (i) exposto em detalhes a situação de crise que levou ao início da Mediação que, caso infrutífera, ensejará a instauração concurso de credores, e (ii) instruído o presente pedido com a documentação pertinente referente ao artigo 48 e com a comprovação de que seus credores já foram chamados a participar do procedimento de mediação, não há dúvidas de que estão atendidos os requisitos do artigo 20-B, §1º da LRF e 305 e seguintes do Código de Processo Civil para a concessão imediata e inaudita altera parte das liminares.

95. No entanto, caso este juízo entenda pela complementação da documentação ora acostada, com base no princípio da economia processual e da máxima efetividade da tutela jurisdicional, o requerente postula pela concessão de prazo dilatório para juntada aos autos.

b.2) DO PERIGO DA DEMORA. PERICULUM IN MORA

96. A urgência do caso é manifesta por diversas razões, sendo elas:

97. A negociação do endividamento do requerente por meio do procedimento de Mediação já submetido ao CEJUSC é uma medida necessária, dada a potencial repercussão negativa que a situação reportada pode ter. Isso pode comprometer a reputação do requerente e levar à interrupção de suas operações, ensejando uma falência indesejada.

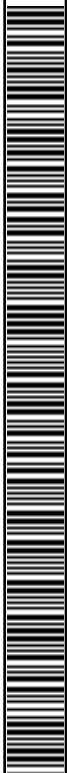
98. Uma eventual paralisação das atividades inevitavelmente resultaria em demissões e cancelamento de contratos, contribuindo para o aumento do desemprego e para a estagnação da economia nacional, especialmente em um momento delicado como o atual, além da desaceleração da economia, que é diretamente fomentada pela atividade realizada pela empresa.

99. A redução no volume produtivo acarretaria grandes prejuízos para o erário e para o trato socioeconômico como um todo, pois resultaria na diminuição da arrecadação de impostos municipais, estaduais e federais sobre as atividades comerciais afetadas, além de inviabilizar o cumprimento dos parcelamentos já acordados, evidenciando, portanto, o risco iminente que o requerente poderia vir a sofrer pela não concessão da medida.

VIII. REQUERIMENTOS

100. Pelo exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) Com fundamento no artigo 20-B, § 1º c/c o artigo 305 e seguintes do Código de Processo Civil, o deferimento do presente pedido de **TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR EM CARATER ANTECEDENTE**;





- b) A concessão da medida liminar *inaudita altera parte* para determinar, pelo prazo de 60 dias, determinando-se a **(i)** suspensão de todas as ações de Execução e demais atos de constrição em face da Requerente pelos seus credores; e **(ii)** o impedimento da rescisão contratual e/ou declaração de vencimento antecipado de obrigações em razão do ajuizamento da presente demanda e/ou inadimplemento de obrigações abrangidas em sede de mediação.

101. Atribui-se à causa o valor de **R\$ 3.480.644,05** (três milhões, quatrocentos e oitenta mil, seiscentos e quarenta e quatro reais e cinco centavos).

102. No mais, requer que todas as publicações e intimações advindas da demanda sejam realizadas, exclusivamente, em nome do **Dr. Antônio Frange Junior, OAB/MT 6.218**, sob pena de nulidade dos atos praticados, nos termos do art. 272, § 2º, do CPC.

Nestes termos, espera deferimento.

Cuiabá/MT, 23 de janeiro de 2025.

ANTÔNIO FRANGE JÚNIOR

OAB/MT 6.218

YELAILA ARAÚJO E MARCONDES

OAB/SP 383.410

TARCISIO CARDOSO TONHÁ FILHO

OAB/MT 24.489

RAPHAELA PIZELLI DA SILVA

OAB/SP 414.241



ANEXO I – BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL		
DESCRIÇÃO BEM	VALOR	CHASSI
SCANIA/R 440 A6X4	R\$ 314.921,00	9BSR6X400D3818572
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 544.846,00	9BVRG40D4KE863942
M.BENZ/ACTROS 2651S6X4	R\$ 479.927,00	9BM938142LS056008
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV074629
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV074630
R/FACCHINI RE DL	R\$ 40.000,00	94BL0462LLV074631
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV075247
R/FACCHINI RE DL	R\$ 40.000,00	94BL0572LLV075249
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LLV075248
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LMV076831
R/FACCHINI RE DL	R\$ 40.000,00	94BL0462LMV076833
SR/FACCHINI SRF RT	R\$ 70.000,00	94BA0952LMV076832
R/RANDON RE DL 2E	R\$ 13.800,00	9ADM0352MMM481486
SR/RANDON SR CA	R\$ 96.000,00	9ADG0942MMM481485
SR/RANDON SR CA	R\$ 96.000,00	9ADG0942MMM481484
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 338.110,00	9BVAG40D9EE824060
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 768.894,00	9BVRG40D3NE910174
SR/FACCHINI SRF 2CA	R\$ 96.800,00	94BA0952MNV087882
SR/FACCHINI SRF 2CA	R\$ 96.800,00	94BA0952MNV087883
R/FACCHINI RE DL	R\$ 49.800,00	94BL0462MNV087884
VOLVO/FH 540 6X4T	R\$ 768.894,00	9BVRG40D6NE912150
SR/RANDON SR CA RTD2E	R\$ 96.000,00	9ADG0942MNM494334
SR/RANDON SR CA	R\$ 90.000,00	9ADG0942MNM494335
R/RANDON RE DL 2E	R\$ 43.600,00	9ADM0352MNM494336
SR/ESTRADA CG RTD 2E	R\$ 92.000,00	91RA17022PC000548
SR/ESTRADA DOLLY 2E	R\$ 41.300,00	91RD17012PC000549
SR/ESTRADA CG 2E	R\$ 62.000,00	91RA17022PC000550
M.BENZ/ACTROS 2651S 6X4	R\$ 653.108,00	9BM963414PB299492
TOYOTA/COROLLA XEI20FLEX	R\$ 101.902,00	9BRBD3HE7K0395045
CHEVROLET/S10 LTZ DD4A	R\$ 187.911,00	9BG148MK0NC453115
TOTAL	R\$ 5.572.613,00	

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJJEF TF-JHZ W73p4 E9MZK